

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 Visão geral da cooperação administrativa.....	23
2 As questões orientadoras e metodológicas do trabalho.....	24
Capítulo 1 – CONSIDERAÇÕES PROPEDEÚTICAS ACERCA DA COOPERAÇÃO	27
1.1 A origem do conflito e da desigualdade na sociedade carente.....	27
1.2 O surgimento da cooperação no conflito.....	31
1.3 Peculiaridades da cooperação geral	32
1.4 Os princípios específicos da cooperação administrativa.....	35
1.4.1 Princípio da cooperação acordada	36
1.4.2 Princípio do ingresso voluntário.....	36
1.4.3 Princípio do interesse público primário.....	37
1.4.4 Princípio da vinculação ao ato convencional ou consorcial	37
1.4.5 Princípio da responsabilidade dos seus partícipes e executores	38
Capítulo 2 – TAMANHO DO ESTADO E ALGUNS INSTITUTOS CORRELATOS À COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA	41
2.1 Influência histórica.....	43
2.2 Atual perfil do Estado – Estado mínimo	45
2.3 Transformações constitucionais após o pensamento liberal.....	46
2.4 Rumos do Estado mínimo	49
2.5 Globalização: um novo conceito de cooperação	52
2.6 Integração regional.....	53

Capítulo 3 – CONFIGURAÇÃO DO ESTADO E A AUTONOMIA DOS SEUS ENTES COMPONENTES	57
3.1 Identificação das formas estatais e autonomia	57
3.2 Caminhos do federalismo brasileiro.....	59
3.3 Configuração do Estado brasileiro e autonomia dos seus entes	60
Capítulo 4 – SISTEMA DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA E SEUS ATUAIS MODELOS	63
4.1 Influências do direito constitucional comparado.....	63
4.1.1 Alemanha.....	64
4.1.2 Itália.....	66
4.1.3 França	67
4.1.4 Espanha.....	68
4.2 Evolução no direito constitucional pátrio.....	70
4.3 Enfoque constitucional atual	73
4.3.1 Na Constituição Federal.....	73
4.3.2 Nas Constituições estaduais e na Lei Orgânica do Distrito Federal	77
4.4 Regime normativo da matéria	83
4.4.1 Códigos e Leis Federais.....	84
4.4.2 Decretos Federais.....	87
4.4.3 Portarias e Instruções – Leis Federais.....	89
Capítulo 5 – CONTRATUALIZAÇÃO COMO TENDÊNCIA NA REFORMA ADMINISTRATIVA	91
5.1 Breves reflexões sobre os contratos administrativos.....	91
5.2 Critérios distintivos entre contrato administrativo, convênio e consórcio administrativos	93
Capítulo 6 – ESPÉCIES DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	99
6.1 Caráter peculiar de sua identificação.....	99
6.1.1 Caracterização como ato complexo	102
6.1.2 Da desnecessária autorização legislativa	104
6.1.3 (In)aplicabilidade da Licitação	105

6.2	Institutos de cooperação administrativa	108
6.2.1	Convênios de cooperação	108
6.2.2	Consórcios administrativos: formato originário antes da Lei 11.107/05	116
Capítulo 7 –	MODELAGEM FORMAL	125
7.1	Papel das consultorias e procuradorias da pública administração	126
7.2	Atos de constituição e representação dos partícipes	127
7.3	Finalidade institucional pública e privada.....	132
7.4	Objeto da cooperação administrativa	134
7.5	Plano de trabalho.....	135
7.6	Cláusulas indispensáveis.....	136
7.6.1	Identificação do objeto	136
7.6.2	Metas a serem atingidas.....	137
7.6.3	Plano de aplicação dos recursos financeiros.....	137
7.6.4	Cronograma de desembolso.....	139
7.6.5	Vigência.....	140
7.6.6	Compromisso dos partícipes.....	142
7.7	Imposição do chamamento público.....	143
Capítulo 8 –	CONTROLES DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO ADMI- NISTRATIVA.....	147
8.1	Controle interno	147
8.1.1	Avaliação de metas.....	149
8.1.2	Verificação da legalidade	150
8.1.3	Análise da aplicação de recursos	153
8.2	Controle externo.....	157
8.3	Prestação de contas	159
8.4	Tomada de contas especial.....	161
8.5	Alcance do diploma de responsabilidade fiscal	162
Capítulo 9 –	CONSÓRCIOS PÚBLICOS FRENTE À LEI 11.107/05	169
9.1	Nota preambular.....	169

9.2	Federalismo de cooperação na prestação de serviços públicos	170
9.3	Personificação do instituto	172
9.4	Peculiaridades formais	173
9.5	Análise distintiva e crítica	175
9.6	Conteúdo conclusivo	177
Capítulo 10 – CONVÊNIOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.....		179
10.1	Dimensões gerais e princípios de direitos humanos	179
10.2	Vertentes integrativas de proteção	183
10.3	Natureza jurídica dos convênios internacionais de direitos humanos	184
10.4	Referencial convencional em direitos humanos.....	188
10.5	Aporte final	190
CONCLUSÕES		191
REFERÊNCIAS		197
LEGISLAÇÃO		207
APÊNDICE.....		273
ÍNDICE ALFABÉTICO		313